

# Vulcabras Azaleia S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Vulcabras Azaleia S.A.  
Jundiaí - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Conforme divulgado nas notas explicativas 4.10, 16 e 17, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável do ágio. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de *impairment* como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação da confiabilidade das informações produzidas pela entidade e o desenho dos controles internos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 02 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves  
Contador CRC 1SP220026/O-3

## Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

### Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	62.164	68.626	3.606	916	Fornecedores	18	40.993	58.004	1.088	420
Contas a receber de clientes	7	448.377	467.384	-	-	Financiamentos e empréstimos	19	3.264	22.878	-	-
Estoques	8	241.238	229.475	-	-	Impostos a recolher		8.402	7.342	83	99
Impostos a recuperar	9	14.723	16.556	631	537	Programa de recuperação fiscal - REFIS		128	128	-	-
Imposto de renda e contribuição social	10a	4.580	4.591	353	121	Salários e férias a pagar		41.394	36.552	17	17
Despesas antecipadas		13.631	4.453	1.236	11	Provisões	20	18.326	50.344	405	449
Outros contas a receber		9.519	9.174	30	19	Passivo de arrendamento	3b	7.798	-	-	-
						Valores a pagar por aquisição de operação		-	61.627	-	-
						Comissões a pagar		13.536	13.491	-	-
						Outras contas a pagar		15.356	24.759	132	147
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>794.232</b>	<b>800.259</b>	<b>5.856</b>	<b>1.604</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>149.197</b>	<b>275.125</b>	<b>1.725</b>	<b>1.132</b>
Aplicações financeiras	6	2.823	2.510	2	2	Financiamentos e empréstimos	19	39.789	37.128	-	-
Impostos a recuperar	9	7.744	8.155	1.794	1.770	Mútuos com partes relacionadas	12	16.930	16.259	-	5.419
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10b	330	301	-	-	Provisões	20	38.183	30.668	453	491
Depósitos judiciais	11	17.952	41.384	539	730	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	10b	2.850	3.298	-	-
Direito de uso		15.845	-	-	-	Passivo de arrendamento	3b	8.047	-	-	-
Outras contas a receber		2.229	2.250	1.585	1.585	Impostos a pagar		12.265	22.196	-	-
Despesas antecipadas		673	210	4	1	Provisão para perdas com investimento	13	-	-	95	97
Bens destinados à venda		194	194	-	-	Outras contas a pagar		469	637	-	-
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>47.790</b>	<b>55.004</b>	<b>3.924</b>	<b>4.088</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>118.533</b>	<b>110.186</b>	<b>548</b>	<b>6.007</b>
Investimentos	13	62.046	61.754	1.076.837	939.397	<b>Patrimônio líquido</b>					
Propriedade para investimento	14	2.530	2.946	2.522	2.936	Capital social	21	1.106.717	1.106.717	1.106.717	1.106.717
Imobilizado	15	235.120	195.003	161	165	Reservas de reavaliação	21	5.532	6.401	5.532	6.401
Intangível	16	213.440	211.807	111	111	Reservas de capital	21	1.517	641	1.517	641
		<b>513.136</b>	<b>471.510</b>	<b>1.079.631</b>	<b>942.609</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	21	16.281	1.990	16.281	1.990
						Prejuízos acumulados		(42.909)	(174.587)	(42.909)	(174.587)
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>560.926</b>	<b>526.514</b>	<b>1.083.555</b>	<b>946.697</b>	<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>1.087.138</b>	<b>941.162</b>	<b>1.087.138</b>	<b>941.162</b>
						<b>Participações de não controladores</b>		<b>290</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.355.158</b>	<b>1.326.773</b>	<b>1.089.411</b>	<b>948.301</b>	<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>1.087.428</b>	<b>941.462</b>	<b>1.087.138</b>	<b>941.162</b>
						<b>Total do Passivo</b>		<b>267.730</b>	<b>385.311</b>	<b>2.273</b>	<b>7.139</b>
						<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>1.355.158</b>	<b>1.326.773</b>	<b>1.089.411</b>	<b>948.301</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstrações de resultados****Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018***(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

		<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	22	1.359.985	1.248.963	-	-
Custo das vendas e revendas	23	(888.184)	(800.360)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>471.801</b>	<b>448.603</b>	-	-
Despesas com vendas	24	(215.831)	(192.888)	-	-
PECLD	24	(9.013)	(2.741)		
Despesas administrativas	25	(109.630)	(91.182)	(6.427)	(5.389)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	4.145	(3.780)	16.689	5.396
Resultado da equivalência patrimonial	13b	292	1.768	135.389	153.297
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>141.764</b>	<b>159.780</b>	<b>145.651</b>	<b>153.304</b>
Receitas financeiras		33.552	20.874	207	162
Despesas financeiras		(28.420)	(27.063)	(341)	(1.354)
<b>Despesas e receitas financeiras líquidas</b>	27	<b>5.132</b>	<b>(6.189)</b>	<b>(134)</b>	<b>(1.192)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>146.896</b>	<b>153.591</b>	<b>145.517</b>	<b>152.112</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10b	(3.816)	(1.477)	(2.452)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>143.080</b>	<b>152.114</b>	<b>143.065</b>	<b>152.112</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		143.065	152.112	143.065	152.112
Acionistas não controladores		15	2	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>143.080</b>	<b>152.114</b>	<b>143.065</b>	<b>152.112</b>
<b>Resultado por ação</b>					
Resultado por ação ordinária - básico		0,5821	0,6190		
Resultado por ação ordinária - diluído		0,5788	0,6169		
<b>Quantidade de ações ao final do período</b>					
Ações ordinárias em circulação		245.756.346	245.756.346		
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor		247.196.346	246.591.346		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<u>143.080</u>	<u>152.114</u>	<u>143.065</u>	<u>152.112</u>
<b>Outros resultados abrangentes - ORA</b>	<u>2.035</u>	<u>5.035</u>	<u>2.035</u>	<u>5.035</u>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.033	5.346	2.033	5.346
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	2	(311)	2	(311)
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>145.115</u>	<u>157.149</u>	<u>145.100</u>	<u>157.147</u>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	145.100	157.147	145.100	157.147
Acionistas não controladores	15	2	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora							
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2018	Nota 1.107.661	7.273	-	(3.045)	(327.571)	784.318	255	784.573
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(872)	-	-	872	-	-	-
Realização dos gastos com emissão de ações	(944)					(944)	-	(944)
Transação com pagamento baseado em ações			641			641		641
Outros resultado abrangentes								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	5.346	-	5.346	45	5.391
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes				(311)		(311)	-	(311)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	152.112	152.112	-	152.112
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.106.717	6.401	641	1.990	(174.587)	941.162	300	941.462
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial pelo encerramento de investida	21d	-		12.256	(12.256)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(869)	-	-	869	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	876	-	-	876	-	876
Outros resultado abrangentes								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	2.033	-	2.033	(25)	2.008
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-		2	-	2	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	143.065	143.065	15	143.080
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.106.717	5.532	1.517	16.281	(42.909)	1.087.138	290	1.087.428

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	143.080	152.114	143.065	152.112
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	80.681	58.233	418	419
Provisão para redução ao valor recuperável fundo de comércio	-	4.047	-	-
Provisão para perdas por valor recuperável no estoque	(11.904)	(10.703)	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados	9.285	2.254	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(124)	-	-	-
Variação na provisão para perdas com contingências	13.039	15.831	562	(499)
Resultado da equivalência patrimonial	(292)	(1.768)	(135.389)	(153.297)
Transação com pagamento baseado em ações	876	641	876	641
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	9.013	2.439	-	-
Efeito de baixa de investimentos	-	-	8	-
Ganho por compra vantajosa	-	(13.589)	-	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	4.463	8.057	-	-
Impostos diferidos	(477)	(625)	-	-
Participação de minoritário	(15)	(2)	-	-
	<b>247.625</b>	<b>216.929</b>	<b>9.540</b>	<b>(624)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Aplicações financeiras	(189)	3.151	-	-
Contas a receber de clientes	10.114	(118.501)	-	-
Estoque	141	21.938	-	-
Despesas antecipadas	(9.641)	1.298	(1.228)	(1)
Impostos a recuperar	2.255	4.337	(350)	714
Outras contas a receber	(324)	21.763	(11)	590
Depósitos judiciais	(4.618)	781	191	111
Partes relacionadas	-	1.373	-	-
Fornecedores	(17.047)	(6.531)	668	(30)
Comissões a pagar	45	1.906	-	-
Impostos a recolher	(9.931)	1.013	-	-
Impostos e contribuições sociais	4.487	3.852	2.641	(113)
Salários e férias a pagar	4.842	(7.355)	-	(342)
Outras contas a pagar	(9.581)	(2.950)	(15)	(634)
Provisões	(9.492)	(12.304)	(644)	(304)
	<b>(38.939)</b>	<b>(86.229)</b>	<b>1.252</b>	<b>(9)</b>
Juros pagos	(2.218)	(3.494)	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	(2.657)	(1.661)	(2.657)	-
	<b>(4.875)</b>	<b>(5.155)</b>	<b>(2.657)</b>	<b>-</b>
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>203.811</b>	<b>125.545</b>	<b>8.135</b>	<b>(633)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de imobilizado	(115.958)	(94.568)	-	-
Pagamento por aquisição de controlada	(61.627)	-	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-	(24.966)	-	-
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	946	924	-	-
Aquisições de intangível	(3.439)	(2.236)	-	-
Aumento de participação em investida	-	-	(26)	-
	<b>(180.078)</b>	<b>(120.846)</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(180.078)</b>	<b>(120.846)</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos tomados - Principal	4.793	53.264	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(22.810)	(87.642)	-	-
Mútuos com partes relacionadas	671	-	-	-
Recebimento (Pagamentos) de empréstimos com partes relacionadas	-	-	(5.419)	2.124
Pagamento de passivos de arrendamentos	(12.572)	-	-	-
Realização do gasto com emissão de ações	-	(944)	-	(944)
	<b>(29.918)</b>	<b>(35.322)</b>	<b>(5.419)</b>	<b>1.180</b>
<b>Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(29.918)</b>	<b>(35.322)</b>	<b>(5.419)</b>	<b>1.180</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.185)</b>	<b>(30.623)</b>	<b>2.690</b>	<b>547</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.626	100.502	916	369
Efeito da conversão das investidas no exterior	(277)	(1.253)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	62.164	68.626	3.606	916
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.185)</b>	<b>(30.623)</b>	<b>2.690</b>	<b>547</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

# Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

## Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas</b>	<b>1.557.664</b>	<b>1.442.731</b>	<b>13.298</b>	<b>1.227</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.546.328	1.431.106	-	-
Outras receitas e despesas	20.349	14.386	13.298	1.227
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(9.013)	(2.761)	-	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(691.256)</b>	<b>(597.939)</b>	<b>(5.031)</b>	<b>(3.308)</b>
Matérias-primas consumidas	(387.077)	(348.207)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(109.490)	(83.921)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(194.655)	(165.768)	(5.031)	(3.308)
Perda/recuperação de valores ativos	(34)	(43)	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>866.408</b>	<b>844.792</b>	<b>8.267</b>	<b>(2.081)</b>
<b>Retenções</b>	<b>(80.681)</b>	<b>(62.280)</b>	<b>(418)</b>	<b>(419)</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(80.681)	(62.280)	(418)	(419)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>785.727</b>	<b>782.512</b>	<b>7.849</b>	<b>(2.500)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>37.143</b>	<b>28.007</b>	<b>140.362</b>	<b>157.682</b>
Resultado de equivalência patrimonial	292	1.768	135.389	153.297
Receitas financeiras	33.552	20.764	207	163
Outras	3.299	5.475	4.766	4.222
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>822.870</b>	<b>810.519</b>	<b>148.211</b>	<b>155.182</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>822.870</b>	<b>810.519</b>	<b>148.211</b>	<b>155.182</b>
<b>Pessoal</b>	<b>442.195</b>	<b>434.733</b>	<b>884</b>	<b>787</b>
Remuneração direta	302.938	298.086	-	-
Benefícios	54.627	50.164	-	-
FGTS	24.224	22.731	-	-
Comissões sobre vendas	49.693	54.515	-	-
Honorários da diretoria	10.713	9.237	884	787
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>215.386</b>	<b>199.347</b>	<b>3.921</b>	<b>946</b>
Federais	170.413	150.508	3.921	946
Estaduais	44.359	48.262	-	-
Municipais	614	577	-	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>22.209</b>	<b>24.325</b>	<b>341</b>	<b>1.337</b>
Juros	20.530	19.915	340	1.336
Aluguéis	1.679	4.410	-	-
Outras	-	-	1	1
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>143.080</b>	<b>152.114</b>	<b>143.065</b>	<b>152.112</b>
Lucros retidos	143.065	152.112	143.065	152.112
Participações dos acionistas não controladores	15	2	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Vulcabras Azaleia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiaí - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas localizadas no Nordeste, nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe. A Companhia adquiriu no exercício de 2018 o controle sobre a entidade UA Brasil Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda., através de sua subsidiária Vulcabras Azaleia CE alterando o nome da empresa para Vulcabras Azaleia SP. A Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades e tem como objetivo a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
- Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
- Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;
- Calzados Azaléia Colômbia Ltda; e
- Calzados Azaléia Peru S.A.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Olk, Olympikus, Opanka e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Under Armour

## 1.1 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	0,23	0,27	99,77	99,73	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia Administración S.A.	-	3,96	-	96,04	-	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	99,99	99,99	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em agosto de 2019 concretizou-se a venda da controlada Vulcabras Azaleia Administración.

Empresa não operacional, a qual apresentava ativos não relevantes oriundos da cisão e venda da controlada operacional na Argentina (concretizada em Dezembro 2015). Não houve valores relevantes registrados com esta operação.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

### a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

#### *Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados esportivos. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

#### *Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.*

A Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos. Iniciou suas atividades em 25 de julho de 2013 com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, sob a denominação de UA BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., sendo uma sociedade afiliada da Under Armour, Inc, tendo sido adquirida pela Vulcabras Azaleia CE em 01 de outubro de 2018.

*Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.*

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, esportivos. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

*Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.*

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

*Globalcyr S.A.*

A Globalcyr S.A. iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e tem como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente encontra-se com as suas operações paralisadas.

*Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

*Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos, calçados femininos e botas para uso profissional. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

*Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.*

A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados femininos. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

*Calzados Azaleia Peru S.A.*

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

*Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.*

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

## 1.2 Aquisição de controladas

Ver política contábil em base de consolidação nota 4.1.

Aquisição da Companhia Under Armour:

A partir de 1º de outubro de 2018, a Companhia obteve o controle sobre a entidade UA Brasil Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda. através da aquisição de 100% das quotas através da sua subsidiária Vulcabras Azaleia CE, alterando o nome da empresa para Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.

A entidade adquirida é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios da marca Under Armour no Brasil, e sua compra permitirá a Companhia aumentar sua participação de mercado e potencializar seu portfólio de marcas. O direito de distribuição dos produtos Under Armour produzidos em território nacional (pela Vulcabras ou terceiros) estão sujeitos a pagamentos de royalties para a Under Armour Brasil Licenciadora de Marca e Gestora de Ativos Ltda. Vide nota 24.

O valor da receita e do resultado desde a data da aquisição estão divulgados na nota explicativa 13.d.

Os custos incorridos na aquisição da Under Armour estão divulgados na nota explicativa 26.

### a. *Contraprestação transferida*

O preço de compra pago em moeda corrente nacional, pela totalidade das quotas objeto, corresponde ao valor do patrimônio líquido ajustado da entidade na data do fechamento.

O preço de aquisição a ser considerado foi de R\$ 94.126, que foi pago mediante transferência conforme abaixo, e representa o valor justo na data de aquisição:

- 99% do preço de aquisição pagas à Under Armour Europe B.V. em nove parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data do fechamento do contrato;
- 1% do preço da aquisição pagas à Under Armour UK Limited em nove parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data do fechamento do contrato;
- O valor remanescente a ser pago pela operação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 61.627 e não existem saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019.

### b. *Ativos transferidos e passivos incorridos*

Todos os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos transferidos em 1º de outubro de 2018, com base no melhor julgamento e estimativas da Administração, estão listados abaixo:

Em milhares de Reais	R\$
Caixa	7.534
Ativo circulante (-caixa)	92.756
Ativo não circulante	18.099
Passivo circulante	<u>(24.263)</u>
Patrimônio líquido	94.126



## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Ralatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo international Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e suas controladas no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3** - prazo do arrendamento: se a Companhia e suas controladas tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- **Nota explicativa 13** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida, bem como determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida para fins de equivalência patrimonial;

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos do próximo exercício fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** – Contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 8** - Estoques: reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação.
- **Nota explicativa 10 b** -Impostos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota explicativa 17** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio, principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota explicativa 20** - Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

**2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

### **3 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso os requerimentos de divulgação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados às informações comparativas.

#### **a. Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia e suas controladas determinavam, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia e suas controladas agora avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas optaram por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente aos contratos que foram previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

#### **b. Como arrendatário**

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis apenas.

Como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificavam anteriormente arrendamentos como operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

**(i) *Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17***

Anteriormente, a Companhia e suas controladas classificavam os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas na data da aplicação inicial.

A Companhia e suas controladas testaram seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas utilizaram vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

**(ii) *Transição***

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial.

A Companhia e suas controladas utilizaram os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/IAS 17.

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

**(iii) Impacto na transição**

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconheceram ativos de direito de uso. O impacto na transição está resumido abaixo:

*Arrendamentos mercantis operacionais (\*)*

	<b>Consolidado 31/12/2019</b>
Ativo de direito de uso	15.845
Passivo de arrendamentos - Circulante	7.798
Passivo de arrendamentos - Não Circulante	8.047

<b>Impactos na transição</b>	<b>Consolidado 01/01/2019</b>
Contrato de arrendamento operacional	23.357
Passivo de arrendamentos - Circulante	9.529
Passivo de arrendamentos - Não Circulante	13.828

- (\*) Foi utilizada a taxa de financiamento habitacional divulgada pelo Banco Central do Brasil de dezembro/18 de 0,77% ao mês. Foi considerada a média de todas as instituições financeiras.

*Cronograma de pagamentos*

	<b>31/12/2019</b>	
<b>Vencimento</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
2020	7.798	49%
2021	4.726	30%
2022	2.616	17%
2023	705	4%
<b>Total</b>	<b>15.845</b>	<b>100%</b>

**(iv) Impactos no período**

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 15.845 mil de ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconheceram despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 12.572 mil de amortização.

### **3.1 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

## **4 Principais políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### **4.1 Base de consolidação**

#### **a. Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### **b. Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**c. *Participação de acionistas não-controladores***

A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**d. *Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial***

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**e. *Transações eliminadas na consolidação***

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**4.2 *Conversão de saldos em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa.

#### **4.3 Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

#### **4.4 Benefícios a empregados**

##### ***a. Benefícios de curto prazo à empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### ***b. Acordo para pagamento baseado em ações***

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

#### **4.5 Subvenção governamental**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

#### **4.6 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- Receita de juros
- Despesa de juros
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
- Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros



A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

#### **4.7 Impostos**

##### **a. *Impostos sobre vendas***

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

##### **b. *Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

#### **4.8 Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **4.9 Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O *software* comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 15. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

#### **4.10 Ativo intangível e ágio**

**(i) *Ágio***

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

**(ii) *Pesquisa e desenvolvimento***

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**(iii) *Outros ativos intangíveis***

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(iv) *Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(v) *Amortização***

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

#### **4.11 Propriedades para investimentos**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível. Ver nota 14.

#### **4.12 Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA - instrumento de dívida, ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ativos financeiros a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

*Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócios*

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**4.13 Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

*Dividendos*

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante, a receita oriunda de distribuição de dividendos é registrada conforme CPC 02, reduzindo a conta de investimento.

**4.14 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica o, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

**(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

**4.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

**4.16 Arrendamentos**

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019***

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

***(i) Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.



Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

***Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019***

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas determinaram se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

***(ii) Como arrendatário***

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificaram os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

**4.17 Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar.

#### 4.18 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nas metodologias de risco de liquidez, ver nota 29. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados à venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação ver nota 29.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

#### 4.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Conta corrente	606	532	3	20
CDB pós fixados (Invest Fácil)	8.334	19.491	73	96
CDB pós fixados	43.941	43.861	3.530	800
Debêntures	4.000	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	5.283	4.742	-	-
	<b>62.164</b>	<b>68.626</b>	<b>3.606</b>	<b>916</b>

O saldo de conta corrente, é representado por depósitos bancários, sem a incidência de juros.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, estão representadas por investimentos de curto prazo, possuem liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, independente do seu vencimento, sem perdas de seus rendimentos.

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (Invest Fácil) são realizadas automaticamente, conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia e de suas controladas. A rentabilidade é de 10% a 40% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (10% a 40% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário), são remunerados de 97,50% a 98,75% do CDI (98,0% a 100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018). Vide nota 28 sobre a exposição de risco de crédito.

As aplicações em Debêntures (Operações Compromissadas) são remuneradas a 50% do CDI .

## 6 Aplicações financeiras

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Aplicações financeiras no país:				
Fundos de investimentos	2.529	2.218	2	2
Fundo de investimento em ações	294	292	-	-
	<b>2.823</b>	<b>2.510</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Não circulante				

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa remuneram de 112% a 132% do CDI (85% do CDI em 31 de dezembro de 2018), não possuem liquidez, pois estão vinculadas às garantias em contratos de financiamento (BNB).

As ações estão disponíveis para a venda e avaliadas ao valor justo por meio de resultado abrangente. As mesmas foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

## 7 Contas a receber de clientes

### a. Composição dos saldos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Contas a receber</b>		
No país:		
Clientes	467.082	466.342
No exterior:		
Clientes	23.373	34.185
Subtotal do contas a receber de clientes	490.455	500.527
Perdas por redução ao valor recuperável	(42.078)	(33.143)
Total do contas a receber de clientes, líquido	448.377	467.384

**b. Por vencimento**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	138.451	159.816
31 a 60 dias	130.738	124.318
61 a 90 dias	80.169	102.616
Acima de 90 dias	93.308	72.935
	<u>442.666</u>	<u>459.685</u>
<b>Vencidos</b>		
a 30 dias	8.939	5.123
1 a 60 dias	1.412	1.138
1 a 90 dias	336	1.438
Acima de 90 dias	37.102	33.143
	<u>47.789</u>	<u>40.842</u>
	<u>490.455</u>	<u>500.527</u>

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria, comércio e do país do qual o cliente opera.

Detalhes sobre vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, estão na nota explicativa 32. A Administração entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 42.078 (R\$ 33.143 em 31 de dezembro de 2018) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c).

**c. Critérios de mensuração das perdas com clientes (*impairment*)**

A análise de concessão de crédito para o cliente é feita quando da realização do cadastro do mesmo no sistema da Companhia e de suas controladas, para o qual existe a exigência da apresentação de toda a documentação necessária, inclusive demonstrativos financeiros, e referências comerciais. É reavaliado o limite de crédito a cada entrada de novos pedidos, em virtude da sazonalidade do mercado financeiro.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda esperada com contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes como, por exemplo, por região geográfica, linha de produto ou tipo de cliente, risco de crédito, entre outros.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perdas. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas para o próximo ano, o que pode levar a um aumento na inadimplência, as taxas de perda histórica são ajustadas, quando julgado necessário. Em todas as datas de fechamento contábil, as taxas de perda são atualizadas e a necessidade de mudanças nas estimativas prospectivas é avaliada.

O critério utilizado para a constituição de perdas para redução ao valor recuperável é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo.

Para todos os clientes em recuperação judicial a Companhia adotou a política de provisão de 40% do saldo de contas a receber para provisão para perdas estimada para crédito de liquidação duvidosa baseado na expectativa de perdas para o saldo de contas a receber do credor.

**d. Movimentação da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa**

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	(33.143)	(30.348)
Complemento de provisão	(14.351)	(10.099)
Recuperação de provisões	5.416	7.304
<b>Saldo final</b>	<b>(42.078)</b>	<b>(33.143)</b>

Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito da Companhia, não há a concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis. De tal forma que, ao encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2019, não houve alteração significativa na participação ou concentração nos principais clientes.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia e suas controladas julgaram que os efeitos dos ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes são imateriais. O prazo médio de recebimento desses créditos é de aproximadamente 75 dias em 31 de dezembro de 2019 (69 dias em 31 de dezembro de 2018).

A exposição da Companhia e de suas controladas aos riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota 32.

## 8 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Produtos acabados	63.490	27.177
Mercadoria para revenda	61.270	97.194
Produtos em elaboração	25.341	19.743
Matérias primas	56.769	61.826
Material de embalagem e almoxarifado	23.512	21.174
Mercadorias em trânsito	9.124	2.032
Importações em andamento	1.732	329
	<b>241.238</b>	<b>229.475</b>

**a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)**

As controladas da Companhia, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para perdas de produtos acabados e revendas é de R\$ 15.271 (R\$ 33.748 em 31 de dezembro de 2018), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 16.597 (R\$ 11.495 em 31 de dezembro de 2018) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 8.367 (R\$ 6.896 em 31 de dezembro de 2018). A variação no valor de perdas de produto acabado e revenda dá-se da diminuição da provisão decorrente da aquisição de negócios constituída em 2018.

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 732.740 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 688.563 em 31 de dezembro de 2018).

**b. Movimentação da provisão (impairment)**

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	(52.139)	(18.144)
Adições do exercício (*)	(14.215)	(47.153)
Reversão de provisão	26.119	13.158
<b>Saldo final</b>	<b>(40.235)</b>	<b>(52.139)</b>

(\*) Provisão adquirida de combinação de negócios sem impacto no resultado no valor de R\$ 44.698 em 31 de dezembro de 2018.

## 9 Impostos a recuperar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
ICMS	4.878	11.349	20	20
IPI	1.103	608	-	-
PIS/COFINS (*)	12.522	6.543	76	-
FINSOCIAL	2.349	2.324	1.794	1.770
Reintegra	550	530	-	-
Outros	1.065	3.357	535	517
	<b>22.467</b>	<b>24.711</b>	<b>2.425</b>	<b>2.307</b>
Circulante	14.723	16.556	631	537
Não circulante	7.744	8.155	1.794	1.770

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia SE Ltda. e Vulcabras Azaleia SP Ltda. registraram crédito extemporâneo de respectivamente R\$ 76, R\$ 5.154 e R\$ 2.213 referente a habilitação junto à Receita Federal do Brasil do crédito de uma de suas ações de recuperação de Pis/Cofins

sobre a tese de exclusão do ICMS, que transitou em julgado. No período de doze meses foi reconhecido o montante de R\$ 7.443 sendo, R\$ 4.693 de valor principal, reconhecido em “Outras Receitas Operacionais”, e, R\$ 2.750 referente atualização financeira, reconhecido como “Receita Financeira”. O valor reconhecido se refere ao cálculo do valor “incontroverso”.

## 10 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda - antecipação

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Imposto de renda - antecipação	<u>4.580</u>	<u>4.591</u>	<u>353</u>	<u>121</u>
	<b>4.580</b>	<b>4.591</b>	<b>353</b>	<b>121</b>

### b. Imposto de renda e contribuição social diferido

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Diferenças temporais no exercício</b>		
Reavaliação de imobilizado	(2.850)	(3.298)
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	<u>330</u>	<u>301</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>(2.520)</b>	<b>(2.997)</b>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	330	301
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(2.850)	(3.298)

As controladas no Brasil têm o valor de impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ 2.520 e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 330.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e correntes estão contabilizados no resultado consolidado. Conforme demonstrado a seguir: as alíquotas utilizadas na apuração do imposto foram de 34% no mercado interno e 3% de presunção no mercado externo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(3.816)	(1.477)
	<u>(3.816)</u>	<u>(1.477)</u>

### c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. A Companhia e suas controladas não registram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

**Vulcabras Azaleia S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019

	31/12/2019								
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2019	354.753	623.268	125.131	85.021	223.055	288.912	28.646	141.067	1.869.853
Base negativa de contribuição social em 31.12.2019	1.123.312	635.291	125.228	85.021	255.842	288.912	28.646	143.182	2.685.433
	31/12/2018								
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2018	391.127	627.105	128.212	74.316	243.762	255.189	23.973	145.005	1.888.689
Base negativa de contribuição social em 31.12.2018	1.158.285	638.466	128.310	74.316	276.549	255.189	23.973	147.120	2.702.208



A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

**d. Conciliação da alíquota de imposto efetiva**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>IRPJ / CSLL</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	146.896	154.619
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	49.945	52.570
Despesas não dedutíveis	1.357	1.500
Reintegra	(17)	(256)
Incentivos fiscais - estaduais (*)	(43.909)	(37.670)
Incentivo a inovação tecnológica	(7.075)	(8.403)
Efeitos cambiais	(38)	795
Incentivo de IRPJ	(1.536)	(7.257)
Controladas estrangeiras	249	(394)
Outros	4.840	592
	(46.129)	(51.093)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.816	1.477
<b>Taxa efetiva</b>	2,60%	0,96%

(\*) Vide descrição dos benefícios tributários na nota 31

## 11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (nota 20), conforme demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Depósitos judiciais				
Cíveis	476	662	19	205
Trabalhistas	17.476	32.755	401	417
Tributários	-	7.967	119	108
<b>Total</b>	<b>17.952</b>	<b>41.384</b>	<b>539</b>	<b>730</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 R\$ 28.050 de depósitos judiciais foram reclassificados para contingências em razão da apresentação em base líquida, motivo este da variação em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (ver nota 20e).

**a. Trabalhistas**

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a pedidos de horas extras, equiparação salarial, insalubridade, periculosidade, danos morais e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora *online* de parte dos valores contidos nos processos trabalhistas em execução.

**b. Cíveis**

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações em geral por danos materiais e/ou morais, e também pedidos relacionados a supostos defeitos oriundos de fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

**c. Tributário**

Os depósitos judiciais tributários referem-se às ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS.

**12 Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas na Argentina, Colômbia, Brasil e Peru, além de transações de mútuos com controladas.

Os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP.

**a. Controladora e controladora final**

A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A. A parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle.

**b. Transações com controladora**

As transações entre a controladora e suas controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	<b>Vulcabras Azaleia CE</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativo</b>			
Outros créditos com controladas	-	-	8
<b>Passivo</b>			
Mútuo com controladas	-	-	5.419
<b>Resultado</b>			
Resultado financeiro	(289)	(289)	(374)
<b>Total</b>	<b>(289)</b>	<b>(289)</b>	<b>5.053</b>

**c. Operações entre sociedades controladas**

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas***

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

	Vulcabras Azaleia RS	Vulcabras Azaleia Administração	Calçados Azaleia Colômbia	Calçados Azaleia Peru.	Vulcabras Azaleia S.A.	Vulcabras Azaleia SP.	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras Azaleia BA	Vulcabras Azaleia SE	Distribuidora Cruzeiro do Sul	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>												
Contas a receber	-	-	1.187	439	-	7.258	-	10	-	-	8.894	2.066
AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.488
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	3.611	1.567	468	78	5.724	3.279
Mútuos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.088
<b>Passivo</b>												
Contas a pagar	-	-	-	-	-	2.776	-	-	-	-	2.776	5.092
Outros débitos	2	-	-	-	-	-	-	20.727	-	-	20.729	17.440
Mútuos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.788
<b>Resultado</b>												
Resultado financeiro	-	75	8	-	289	-	-	(30)	-	-	342	1.282
Venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	1.728	4.068	-	11.078	15	26.880	3.740	3.021	50.530	36.084
Compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	-	(1.068)	(8.140)	(738)	-	(9.946)	(8.762)

A principal natureza das transações refere-se a operações mercantil de compra e venda de calçados e confecções e adiantamento para futuro aumento de capital.

**d. Remuneração da Administração**

Em 25 de abril de 2019, a Companhia em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 10.840, a remuneração global anual dos Administradores. No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 10.713 (R\$ 9.237 em 31 de dezembro de 2018).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não pagaram às suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações.

**e. Outras transações com partes relacionadas**

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. através da sua controlada indireta Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui mútuo a pagar para a Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. no valor de R\$ 16.930 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 16.259 em 31 de dezembro de 2018) remunerados em 4% a.a. e pela TJLP + 2% a.a..

## **13 Investimentos**

**a. Composição do saldo**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Participações societárias permanentes:				
Em controladas	-	-	1.076.742	939.300
Em coligadas	62.046	61.754	-	-
<b>Total</b>	<b>62.046</b>	<b>61.754</b>	<b>1.076.742</b>	<b>939.300</b>

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 50% (50% em 31 de dezembro de 2018) na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% (100% em 31 de dezembro de 2018) na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Em 17 de outubro de 2018 a Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. adquiriu 604.294.167 novas quotas, como resultado a participação acionária da Companhia na PARS Participações Ltda. aumentou de 33% para 50% não obtendo o controle da Companhia.

O preço total certo e ajustado da compra das quotas foi de R\$ 6.317 liquidados da seguinte forma:

- R\$ 1.557 pago mediante compensação com débito apresentado pela vendedora por conta da compra e venda de mercadorias;
- R\$ 4.760 como objeto de assunção de dívida pela compradora decorrentes de mútuos celebrados pela vendedora.

No resultado de 31 de dezembro de 2018 a Companhia teve um impacto de R\$ 13.589 referente a ganho por compra vantajosa na operação.

**b Movimentação dos investimentos**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Saldos iniciais	61.754	40.080	939.300	780.968
Equivalência patrimonial	292	1.768	135.389	153.297
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	2.017	5.346
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	2	(311)
Baixa de investimento (*)	-	-	8	-
Ganho por compra vantajosa	-	13.589	-	-
Aumento de participação em investida	-	6.317	26	-
Saldos finais	<u>62.046</u>	<u>61.754</u>	<u>1.076.742</u>	<u>939.300</u>

(\*) Refere-se a baixa pela venda da Vulcabras Azaleia Administración em 31 de agosto de 2019.

**c. Dados sobre participações diretas - Controladora**

	<b>Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.</b>		<b>Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.</b>		<b>Vulcabras Azaleia Administración S.A.</b>		<b>Globalcyr S.A.</b>		<b>Total</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Ativo total	1.248.255	1.184.036	51.941	23.085	-	581	1	1	-	-
Passivo total	171.451	244.683	35.269	4.828	-	764	6.150	5.837	-	-
Capital social	1.363.676	1.363.597	86.045	71.635	-	2.715	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	790.850	763.461	71.406	23.476	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	135.431	153.315	(15.995)	500	(86)	(426)	(76)	(89)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	537.467	247.178	200	200	-	1.983	10	10	-	-
Patrimônio líquido	1.076.804	939.353	16.672	18.257	-	(183)	(6.148)	(5.836)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	0,23%	0,27%	3,96%	3,96%	1,54%	1,54%	-	-
Participação societária permanente em controladas	1.076.798	939.348	39	49	-	-	-	-	1.076.837	939.397
Provisão para passivo para perda com investimento	-	-	-	-	-	(7)	(95)	(90)	(95)	(97)
Resultado de equivalência patrimonial	135.430	153.314	(37)	1	(3)	(17)	(1)	(1)	135.389	153.297

**d. Dados sobre as participações indiretas**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:

**(i) Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

31/12/2019	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.
Ativo total	399.239	51.941	92.416	1
Passivo total	40.634	35.269	30.712	6.150
Capital social	503.549	86.045	402.984	1.056
Patrimônio líquido	358.605	16.672	61.704	(6.148)
Receita líquida	1.755	71.406	77.672	-
Resultado do exercício	49.790	(15.995)	12.529	(76)
Participação no capital social	100,00%	99,73%	100,00%	98,45%

31/12/2018	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.	Vulcabras Azaleia Administracion S.A.
Ativo total	345.338	23.085	111.160	1	581
Passivo total	47.577	4.828	19.985	5.837	764
Capital social	486.339	71.635	444.984	1.056	2.715
Patrimônio líquido	297.761	18.257	91.175	(5.836)	(183)
Receita líquida	1.425	23.476	35.463	-	-
Resultado do exercício	33.804	500	(2.952)	(89)	(426)
Participação no capital social	100,00%	99,73%	100,00%	98,45%	96,04%

**(ii) Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

31/12/2019	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
Ativo total	365.189	78.790	14.080	13.471	43.396	123.535
Passivo total	67.788	37.661	18.169	16.017	11.903	1
Capital social	459.929	92.404	26.207	841	1.072	36.116
Patrimônio líquido	297.401	41.129	(4.090)	(2.547)	31.492	123.534
Receita líquida	369.507	79.038	21.562	18.033	63.406	-
Resultado do exercício	39.555	12.538	(4.546)	(2.039)	1.546	583
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50,00%

31/12/2018	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
Ativo total	322.177	74.238	9.228	14.561	37.842	122.952
Passivo total	64.332	45.647	8.772	15.012	5.004	1
Capital social	459.929	92.404	26.207	841	1.072	36.116
Patrimônio líquido	257.845	28.591	456	(451)	32.838	122.951
Receita líquida	344.453	79.523	18.951	19.415	62.929	-
Resultado do exercício	42.729	3.111	(3.790)	(2.191)	68	3.535
Participação no capital social	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50%

(\*) Participação indireta.

## 14 Propriedade para investimentos

### a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	10.624	10.624	10.574	10.574
Depreciação (*)	<u>(8.094)</u>	<u>(7.678)</u>	<u>(8.052)</u>	<u>(7.638)</u>
Total Geral	<u>2.530</u>	<u>2.946</u>	<u>2.522</u>	<u>2.936</u>

(\*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4% (4% em 31 de dezembro de 2018), registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

### b. Movimentação da depreciação

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Edificações	<u>(7.678)</u>	<u>(416)</u>	<u>(8.094)</u>
Total	<u>(7.678)</u>	<u>(416)</u>	<u>(8.094)</u>

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,06 m² classificados como propriedades para investimento. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor justo conforme avaliação por empresas especializadas é de R\$ 67.400 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 67.400 em 31 de dezembro de 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 4.766 (R\$ 4.222 em 31 de dezembro de 2018) - Nota 26, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os bens da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e sua depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas da Nota 15a. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A mensuração do valor justo das propriedades para investimento foi classificada como nível 3 com base nos *inputs* utilizados.



## 15 Imobilizado

### a. Composição da conta

Em 31 de dezembro de 2019

		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edificações	2 a 4	127.881	(83.552)	44.329	126.647	(80.015)	46.632
Máquinas e equipamentos	10	362.297	(276.247)	86.050	343.117	(274.329)	68.788
Moldes	100	272.492	(249.011)	23.481	234.741	(216.358)	18.383
Móveis e utensílios	10 a 20	32.099	(23.541)	8.558	29.357	(22.159)	7.198
Veículos	20	2.258	(1.918)	340	2.198	(1.805)	393
Equipamentos de computação	20 a 25	27.810	(22.058)	5.752	26.040	(20.593)	5.447
Terrenos	-	3.490	-	3.490	3.490	-	3.490
Moldes em andamento	-	-	-	-	318	-	318
Obras em andamento	-	-	-	-	208	-	208
Instalações	10	112.686	(54.327)	58.359	86.915	(47.227)	39.688
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	89	(89)	-	89	(89)	-
Importações em andamento	-	2.279	-	2.279	2.076	-	2.076
Benfeitorias em propriedade arrendadas	20	3.537	(2.459)	1.078	3.212	(2.181)	1.031
Outros	10 a 20	2.463	(1.059)	1.404	2.374	(1.023)	1.351
		<b>949.381</b>	<b>(714.261)</b>	<b>235.120</b>	<b>860.782</b>	<b>(665.779)</b>	<b>195.003</b>

**b. Movimentação do custo**

Em 31 de dezembro de 2019

**Consolidado**

	31/12/2017	31/12/2018					31/12/2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Edificações	125.911	54	-	-	682	126.647	1.078	-	-	156	127.881
Máquinas e equipamentos	319.134	11.234	(11.764)	24.513	-	343.117	12.878	(12.982)	19.284	-	362.297
Moldes	204.841	35.884	(5.528)	(456)	-	234.741	43.142	(7.906)	2.515	-	272.492
Móveis e utensílios	25.919	3.268	(223)	58	335	29.357	2.839	(183)	-	86	32.099
Veículos	1.994	214	(58)	-	48	2.198	101	(54)	-	13	2.258
Equipamentos de computação	22.136	3.539	(63)	26	402	26.040	1.823	(169)	-	116	27.810
Terrenos	3.490	-	-	-	-	3.490	-	-	-	-	3.490
Moldes em andamento	378	2.720	(716)	(2.064)	-	318	4.148	(1.994)	(2.472)	-	-
Obras em andamento	32	216	(32)	-	(8)	208	752	(986)	-	26	-
Instalações	65.791	21.129	(5)	-	-	86.915	26.085	(314)	-	-	112.686
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	-	89	-	-	-	-	89
Importações em andamento	2.849	21.304	-	(22.077)	-	2.076	22.356	(2.826)	(19.327)	-	2.279
Benfeitorias em propriedade arrendada	2.092	1.120	-	-	-	3.212	325	-	-	-	3.537
Outros	2.066	73	(121)	-	356	2.374	431	(408)	-	66	2.463
	<b>776.722</b>	<b>100.755</b>	<b>(18.510)</b>	<b>-</b>	<b>1.815</b>	<b>860.782</b>	<b>115.958</b>	<b>(27.822)</b>	<b>-</b>	<b>463</b>	<b>949.381</b>

**c. Movimentação da depreciação**

Em 31 de dezembro de 2019

Consolidado

	31/12/2017	31/12/2018					31/12/2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Edificações	(76.336)	(3.544)	-	-	(135)	(80.015)	(3.491)	-	-	(46)	(83.552)
Máquinas e equipamentos	(268.617)	(15.912)	10.200	-	-	(274.329)	(13.422)	11.503	-	1	(276.247)
Moldes	(191.632)	(29.478)	4.752	-	-	(216.358)	(38.256)	5.603	-	-	(249.011)
Móveis e utensílios	(20.950)	(1.271)	217	-	(155)	(22.159)	(1.416)	78	-	(44)	(23.541)
Veículos	(1.742)	(93)	57	-	(27)	(1.805)	(158)	54	-	(9)	(1.918)
Equipamentos de computação	(19.380)	(1.058)	62	-	(217)	(20.593)	(1.541)	145	-	(69)	(22.058)
Instalações	(42.540)	(4.687)	-	-	-	(47.227)	(7.101)	1	-	-	(54.327)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(2.043)	(138)	-	-	-	(2.181)	(278)	-	-	-	(2.459)
Outros	(746)	(186)	43	-	(134)	(1.023)	(186)	182	-	(32)	(1.059)
	<b>(624.075)</b>	<b>(56.367)</b>	<b>15.331</b>	<b>-</b>	<b>(668)</b>	<b>(665.779)</b>	<b>(65.849)</b>	<b>17.566</b>	<b>-</b>	<b>(199)</b>	<b>(714.261)</b>

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Anualmente a Companhia e suas controladas revisam a vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

## 16 Intangível

### a. Composição da conta

	Prazo de vida útil	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Vida útil definida</b>					
Software	5 anos	36.413	33.009	-	-
Cessão de direito	Prazo contratual	391	625	-	-
Fundo de comércio	Prazo contratual	10.976	10.976	-	-
Amortização acumulada - Software	5 anos	(30.421)	(28.638)	-	-
Amortização acumulada - Cessão de direito	Prazo contratual	(280)	(519)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável (*)		(4.047)	(4.047)	-	-
<b>Total</b>		<b>13.032</b>	<b>11.406</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Vida útil indefinida</b>					
Marcas e patentes		2.194	2.187	111	111
Ágio (16d)		198.214	198.214	-	-
<b>Total</b>		<b>200.408</b>	<b>200.401</b>	<b>111</b>	<b>111</b>
<b>Total geral</b>		<b>213.440</b>	<b>211.807</b>	<b>111</b>	<b>111</b>

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (software industrial) e despesas de vendas (cessão de direitos).

(\*) A provisão para redução ao valor recuperável refere-se ao Impairment do fundo de comércio das lojas da controlada Vulcabras Azaleia SP e foi registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

### b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2019				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2019
<b>Vida útil definida</b>							
Software	5 anos	Linear	33.009	3.371	-	33	36.413
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	625	61	(287)	(8)	391
Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	10.976	-	-	-	10.976
Impairment Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	(4.047)	-	-	-	(4.047)
<b>Vida útil indefinida</b>							
Marcas e patentes			2.187	7	-	-	2.194
Ágio			198.214	-	-	-	198.214
<b>Total</b>			<b>240.964</b>	<b>3.439</b>	<b>(287)</b>	<b>25</b>	<b>244.141</b>

**c. Movimentação da amortização**

Em 31 de dezembro de 2019				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2019
<b>Vida útil definida</b>							
Software	5 anos	Linear	(28.638)	(1.785)	18	(16)	(30.421)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(519)	(59)	294	4	(280)
<b>Total</b>			<u>(29.157)</u>	<u>(1.844)</u>	<u>312</u>	<u>(12)</u>	<u>(30.701)</u>

**d. Ágio na combinação de negócio**

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, apresentados na controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, não são amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 17.

**e. Pesquisa e desenvolvimento**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou no resultado, na rubrica “custo dos produtos vendidos”, montante de R\$ 41.906 (R\$ 37.731 em 31 de dezembro de 2018), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

## 17 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

**a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2019, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Nenhum indício de perda para redução ao valor recuperável foi identificado.

**b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

**c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considera-se a Companhia e suas controladas como unidades geradoras de caixa.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 8,54% a.a. (6,87% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

***Receitas***

O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 3,39% a.a. (4,05% a.a. em 31 de dezembro de 2018) entre os exercícios de 2019 e 2029.

***Custo***

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas da Companhia.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos.

***Despesas***

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos.

***Lucro Líquido e Geração de Caixa Livre***

O Lucro Líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com uma taxa de crescimento composta (CAGR) de 8,35% a.a. (8,55% a.a. em 31 de dezembro de 2018) entre os exercícios de 2019 a 2029.

A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero.

O valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 2.804 mil (R\$ 1.600 em 31 de dezembro de 2018).

## 18 Fornecedores

### a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fornecedores</b>				
No país				
Diversos	38.374	54.454	1.088	420
No exterior				
Diversos	2.619	3.550	-	-
	<u>40.993</u>	<u>58.004</u>	<u>1.088</u>	<u>420</u>

### b. Por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	31.927	47.631
31 a 60 dias	7.326	8.117
61 a 90 dias	730	1.392
Acima de 90 dias	<u>1.000</u>	<u>783</u>
	<u>40.983</u>	<u>57.923</u>
<b>Vencidos</b>		
a 30 dias	10	28
1 a 90 dias	-	12
Acima de 90 dias	<u>-</u>	<u>41</u>
	<u>10</u>	<u>81</u>
	<u>40.993</u>	<u>58.004</u>

Dada a característica dos produtos e a cadeia de suprimentos da Companhia, é constatada a ampla oferta de matéria-prima, suprimentos e fornecedores, de tal forma que a Companhia não apresenta concentração da carteira de fornecedores.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alteração significativa na participação ou concentração dos principais fornecedores.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 39 dias em 31 de dezembro de 2019 (37 dias em 31 de dezembro de 2018), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

## 19 Financiamentos e empréstimos

### a. Composição da conta

			Consolidado	
	Taxa de juros 2019	Taxa de juros 2018	31/12/2019	31/12/2018
Moeda nacional				
Ativo fixo	IPCA + 2,04% a.a	Taxa Fixa de 4,0% a.a./ IPCA + 2,04% a.a.	40.679	42.404
Incentivo fiscal	TJLP	TJLP.	2.374	2.320
			43.053	44.724
Moeda estrangeira				
Financiamento de exportação				
ACC- Adiantamento de contrato de câmbio	Taxa Fixa 3,89% a.a.	Taxa Fixa de 3,42% a.a. a 3,89% a.a.	-	15.282
			-	15.282
Total dos empréstimos e financiamentos			43.053	60.006
Circulante			3.264	22.878
Não circulante			39.789	37.128

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
<b>Circulante</b>	<b>3.264</b>	<b>8%</b>	<b>22.878</b>	<b>38%</b>
2019	-	0%	22.878	38%
2020	3.264	8%	2.791	5%
2021	7.568	18%	6.627	11%
2022	7.519	16%	5.938	10%
2023	6.737	16%	5.938	10%
2024	6.737	16%	5.938	10%
2025	6.737	16%	5.938	10%
2026	4.491	10%	3.958	6%
<b>Não circulante</b>	<b>39.789</b>	<b>92%</b>	<b>37.128</b>	<b>62%</b>
<b>Total</b>	<b>43.053</b>	<b>100%</b>	<b>60.006</b>	<b>100%</b>

### b. A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldos iniciais</b>	<b>60.006</b>	<b>94.799</b>
Captações	5.563	53.935
Encargos	2.382	2.556
Variação monetária e cambial	130	(148)
Amortizações de principal	(22.810)	(87.642)
Pagamentos de juros	(2.218)	(3.494)
<b>Saldos finais</b>	<b>43.053</b>	<b>60.006</b>



**c. Avais e garantias**

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, garantia fidejussória e aval de empresa controladora, hipoteca das plantas de Horizonte-CE e Itapetinga-BA e alienação de máquinas e equipamentos adquiridos com o financiamento.

**d. Cláusulas restritivas**

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados e objetivos alçados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essas cláusulas são controladas e foram plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos.

**e. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Passivo			
	Empréstimos e financiamentos	Mútuos c/ partes relacionadas	Passivo de arrendamentos	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>60.006</b>	<b>16.259</b>	<b>28.417</b>	<b>104.682</b>
<b>Variação fluxo de caixa de financiamento</b>				
Empréstimos tomados - Principal	4.793	-	-	4.793
Mútuos c/ partes relacionadas	-	671	-	671
Pagamento de passivo de arrendamentos financeiros	-	-	(12.572)	(12.572)
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(22.810)	-	-	(22.810)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(18.017)</b>	<b>671</b>	<b>(12.572)</b>	<b>(29.918)</b>
<b>Outras variações relacionadas com passivos</b>				
Juros pagos	(2.218)	-	-	(2.218)
Adições de Provin (sem efeito caixa)	770	-	-	770
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	2.512	-	-	2.512
<b>Total de outras variações relacionadas com passivos</b>	<b>1.064</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.064</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>43.053</b>	<b>16.930</b>	<b>15.845</b>	<b>75.828</b>

	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio</u>	
	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Capital social</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b><u>94.799</u></b>	<b><u>1.107.661</u></b>	<b><u>1.202.460</u></b>
<b>Variação fluxo de caixa de financiamento</b>			
Empréstimos tomados - Principal	53.264	-	53.264
Realização do gasto com emissão de ações	-	(944)	(944)
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	<u>(87.642)</u>	<u>-</u>	<u>(87.642)</u>
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b><u>(34.378)</u></b>	<b><u>(944)</u></b>	<b><u>(35.322)</u></b>
<b>Outras variações relacionadas com passivos</b>			
Juros pagos	(3.494)	-	(3.494)
Adições de Provin (sem efeito caixa)	671	-	671
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	<u>2.408</u>	<u>-</u>	<u>2.408</u>
<b>Total de outras variações relacionadas com passivos</b>	<b><u>(415)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(415)</u></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>60.006</u></b>	<b><u>1.106.717</u></b>	<b><u>1.166.723</u></b>

## 20 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25/IAS 37, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

**a. Composição dos saldos**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	20.107	20.250	510	529
Trabalhistas	36.254	51.282	229	303
Tributárias	148	9.480	119	108
Total	56.509	81.012	858	940
Circulante	18.326	50.344	405	449
Não circulante	38.183	30.668	453	491

Em atendimento ao item 35 do CPC 26 a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentando as contingências líquidas dos depósitos judiciais, motivo este da variação em relação a 31 de dezembro de 2018.

**b. Ações trabalhistas (Consolidado)**

Referem-se, substancialmente, a pedidos de horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade e doença ocupacional. O efeito da provisão para perda com ações trabalhistas é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

**c. Ações cíveis (Consolidado)**

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais. O efeito da provisão para perda com ações cíveis é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas. Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

**d. Ações tributárias (Consolidado)**

Referem-se a ações em que as empresas da Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS. O efeito da provisão para perda com ações tributárias é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

**e. Movimentação dos processos**

Em 31 de dezembro de 2019						Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2018				31/12/2019				
Natureza	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final	Adições	Reversão	Pagamento	Ajuste para apresentação líquida(*)	Saldo final
Cíveis	19.649	1.529	(551)	(377)	20.250	74	(187)	(30)	-	20.107
Trabalhistas	48.119	31.745	(16.662)	(11.920)	51.282	19.798	(14.476)	(7.719)	(12.631)	36.254
Tributárias	9.717	402	(639)	-	9.480	9.174	(1.344)	(1.743)	(15.419)	148
Total	<u>77.485</u>	<u>33.676</u>	<u>(17.852)</u>	<u>(12.297)</u>	<u>81.012</u>	<u>29.046</u>	<u>(16.007)</u>	<u>(9.492)</u>	<u>(28.050)</u>	<u>56.509</u>

Em 31 de dezembro de 2019		Controladora							
	31/12/2017	31/12/2018				31/12/2019			
Natureza	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final
Cíveis	615	35	(39)	(82)	529	43	(25)	(37)	510
Trabalhistas	1.023	1.598	(2.093)	(226)	302	92	(19)	(146)	229
Tributárias	105	4	-	-	109	693	(222)	(461)	119
Total	1.743	1.637	(2.132)	(308)	940	828	(266)	(644)	858

(\*) Os valores de apresentação líquida referem-se apenas a reclassificações entre depósitos judiciais e provisões para contingências em atendimento ao item 35 do CPC 26, dessa forma esses valores não tiveram efeito caixa e não foram considerados nas demonstrações do fluxo de caixa.

### **Contingências**

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões cíveis, trabalhistas e tributárias a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, era como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Contingências</b>		
Cíveis	2.326	2.451
Trabalhistas	40.826	39.499
Tributárias	35.171	28.486
<b>Total</b>	<b>78.323</b>	<b>70.436</b>

## **21 Patrimônio líquido (Controladora)**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 1.106.717 (R\$ 1.106.717 em 31 de dezembro de 2018) está representado por 245.756.346 (245.756.346 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

### **b. Reservas**

#### **(i) Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 5.532 (R\$ 6.401 em 31 de dezembro de 2018).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

**c. Reserva de capital**

**(i) Stock option**

*Condições Gerais*

A Companhia possui 2 (dois) Planos de Outorga de Opções de Ações em vigor.

**1º Plano de Outorga de Opção de Ações**

*Aprovação do Plano*

Em 16 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foram 835.000 (oitocentas e trinta e cinco mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

*Características do plano*

**1º Plano de Outorga de Opções - 2018**

**1ª Outorga**

Data da outorga	16/jan/2018
Quantidade de opções outorgadas	835.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2021
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2022
Preço de exercício	R\$ 9,50 (1)
Beneficiários (colaboradores)	24 (2)

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.
- (2) Originalmente foram beneficiados 24 colaboradores para o 1º plano de stock options, porém em 31/12/2019, devido ao desligamento de 04 colaboradores o total é de 20 beneficiários.

**2º Plano de Outorga de Opção de Ações**

*Aprovação do Plano*

Em 06 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o 2º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foram 780.000 (setecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

## **Características do plano**

<b>2º Plano de Outorga de Opções - 2019</b>	<b>2ª Outorga</b>
Data da outorga	06/mai/2019
Quantidade de opções outorgadas	780.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2022
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2023
Preço de exercício	R\$ 7,96(1)
Beneficiários (colaboradores)	22

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

### **Beneficiários**

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras Azaleia S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

### **Método de precificação**

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

### **Despesa do plano de opções**

Os montantes das amortizações registradas como despesa, nas demonstrações financeiras, em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2019, estão descritos a seguir (apresentado em reais):

<b>Plano</b>	<b>Preço de exercício</b>	<b>Data da outorga</b>	<b>Despesa acumulada 31/12/2019</b>	<b>Despesa acumulada 31/12/2018</b>
1º Plano - 2018	R\$ 9,50	16/jan/2018	R\$ 1.042.185	R\$ 640.501
2º Plano - 2019	R\$ 7,96	05/mai/2019	R\$ 474.586	R\$ -
<b>Total</b>	-	-	<b>R\$ 1.516.771</b>	<b>R\$ 640.501</b>

#### **d. Ajustes de avaliação patrimonial**

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes até que os investimentos sejam desconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 16.281 (R\$ 1.990 em 31 de dezembro de 2018).

No terceiro trimestre de 2019 a Companhia realizou o registro de R\$ 12.256 mil referente à saldos de conversão de balanço em contrapartida à prejuízos acumulados em conformidade com o CPC 23 (IAS 8). Tais saldos decorrem de ajustes de avaliação patrimonial sobre conversão de investida no exterior que já foi alienada em anos anteriores.

## 22 Receita líquida de vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.494.716	1.355.942
Mercado externo	109.801	133.161
Serviços prestados	1.756	1.825
	<u>1.606.273</u>	<u>1.490.928</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(188.062)	(178.778)
Devoluções, abatimentos e desconto pontualidade	(58.226)	(63.187)
	<u>(246.288)</u>	<u>(241.965)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>1.359.985</u></b>	<b><u>1.248.963</u></b>

## 23 Custo das vendas e revendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Matéria prima	(304.925)	(281.941)
Mão de obra	(216.068)	(210.310)
Custo indiretos	(211.747)	(196.312)
Revenda	(155.444)	(111.797)
	<u>(888.184)</u>	<u>(800.360)</u>
Total custo das vendas e revendas		

## 24 Despesas com vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Comissões	(49.693)	(49.464)
Frete	(54.264)	(50.471)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(9.013)	(2.741)
Propaganda	(68.958)	(59.022)
Royalties	(2.747)	(667)
Gastos com pessoal	(30.319)	(18.689)
Gastos fixos (*)	(7.703)	(12.603)
Outros gastos	(2.147)	(1.972)
	<u>(224.844)</u>	<u>(195.629)</u>

(\*) Em adoção ao IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019 as despesas de alugueis de arrendamentos foram reclassificadas de gastos fixos para outros em despesas administrativas, em 31 de dezembro de 2018 essas despesas eram de R\$ 5.412.



## 25 Despesas administrativas

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Gastos com pessoal	(43.949)	(46.304)	(1.937)	(1.475)
Serviços de terceiros	(24.052)	(15.903)	(2.964)	(2.570)
Aluguéis	(4.036)	(5.142)	-	-
Viagens e estadias	(981)	(1.637)	-	-
Segurança	(1.944)	(1.408)	(192)	(61)
Litígios e impostos	(2.213)	(1.651)	(525)	(494)
Informática e telecomunicação	(6.810)	(4.026)	(65)	(16)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.111)	(971)	(11)	(10)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(3.225)	(2.725)	(12)	(25)
Outros (*)	(21.309)	(11.415)	(721)	(738)
	<u>(109.630)</u>	<u>(91.182)</u>	<u>(6.427)</u>	<u>(5.389)</u>

(\*) Os valores mais relevantes são compostos pela amortização de arrendamento em adoção ao IFRS 16, R\$ 12.572 em 31 de dezembro de 2019 (zero em 31 de dezembro de 2018).

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita de aluguel	4.784	4.526	4.766	4.222
Receitas sobre vendas de energia	273	-	-	-
Provisão para contingências	(13.119)	(15.767)	(561)	495
Venda de sucata	1.533	1.444	-	-
Resultado líquido na venda de ativo fixo	549	113	-	-
Recuperação de PIS/COFINS s/ ICMS	4.693	-	30	-
Precatório (*)	12.843	-	12.843	-
Outros (**)	(7.411)	5.904	(389)	679
	<u>4.145</u>	<u>(3.780)</u>	<u>16.689</u>	<u>5.396</u>

(\*) Em 16 de outubro de 2019 a Companhia recebeu R\$ 12.843 de precatórios, referente processo objeto contencioso fiscal de ICMS repetição de indébito.

(\*\*) O principal valor em 31 de dezembro de 2019 é composto por R\$ 4.431 referente as despesas de ICMS sobre outros produtos e em 31 de dezembro de 2018 tivemos R\$ 2.982 referente as despesas com aquisição da Vulcabras Azaleia SP, R\$ 3.678 referente a despesa de ICMS s/ outros produtos e R\$ 13.589 de receita pela variação na participação relativa no investimento da PARS Participações Ltda.

## 27 Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	4.017	4.042	101	3
Atualizações monetárias	<u>36</u>	<u>292</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros	2	1.024	46	19
	4.055	5.358	147	22
Operacionais				
Juros	2.650	1.176	59	139
Descontos obtidos	794	229	-	-
Ajuste a valor presente (*)	10.179	-	-	-
Outros (**)	<u>3.356</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	16.979	1.405	59	139
Variações cambiais	<u>12.518</u>	<u>14.111</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Total receitas financeiras	<u>33.552</u>	<u>20.874</u>	<u>207</u>	<u>162</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Estrutura de capital				
Juros	(3.219)	(2.938)	(316)	(1.208)
IOF	(351)	(365)	(1)	(10)
Outros	<u>(1.847)</u>	<u>(3.912)</u>	<u>(18)</u>	<u>(121)</u>
	(5.417)	(7.215)	(335)	(1.339)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(5.082)	(5.546)	(4)	(8)
Taxa/comissão venda cartão	(1.754)	-	-	-
Descontos concedidos	(2.795)	(3.013)	-	-
Outras tarifas	<u>(1.686)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	(11.317)	(8.559)	(4)	(8)
Variações cambiais	<u>(11.686)</u>	<u>(11.289)</u>	<u>(2)</u>	<u>(7)</u>
Total despesas financeiras	<u>(28.420)</u>	<u>(27.063)</u>	<u>(341)</u>	<u>(1.354)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>5.132</b></u>	<u><b>(6.189)</b></u>	<u><b>(134)</b></u>	<u><b>(1.192)</b></u>

(\*) Refere-se ao ajuste a valor presente do saldo de impostos a pagar da controlada Vulcabras Azaleia SE.

(\*\*) O valor principal refere-se a atualização financeira de recuperação de Pis/Cofins sobre o ICMS R\$ 2.750 (zero em 31 de dezembro de 2018) ver nota 9.

## **28 Resultado por ação**

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41/IAS 33 no montante total de 1.440.000 (um milhão quatrocentos e quarenta mil) potenciais ações. Do montante total, 660.000 (seiscentos e sessenta mil) potenciais ações são referentes a primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018, e, 780.000 (setecentos e oitenta mil) potenciais ações são referentes a segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 835.000 (oitocentos e trinta e cinco mil) potenciais ações em circulação, referentes a primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018, que poderiam afetar a diluição do resultado por ações nos termos do CPC 41/IAS 33.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Resultado atribuível aos acionistas	143.065	152.112
Média ponderada básica das ações em circulação durante o exercício	245.756.346	245.756.346
Média ponderada diluída das ações em circulação durante o exercício	247.196.346	246.591.346
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,5821	0,6189
Resultado por ação diluído (lote de mil) - R\$	0,5788	0,6168

## **29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e empréstimos.

### **Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia e suas controladas administram os riscos financeiros através do monitoramento de posições financeiras dos ativos e passivos, controlando os limites de exposição. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício divulgado.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

As avaliações de seus instrumentos financeiros, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

**(i) Risco de crédito**

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A gestão de riscos da Companhia e de suas controladas adotam as seguintes práticas:

- (i) análise de créditos concedidos a clientes e estabelecimento de limite de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 6,7% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2019 (4,4% em 31 de dezembro de 2018); e
- (ii) seletividade das instituições financeiras, que são considerados pelo mercado como de primeira linha (maiores bancos por ativo do país), Bancos Estadais ou Agências Governamentais de fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo e diversificação de instrumentos financeiros de aplicações de recursos da empresa, que estão aplicados a uma cesta de indicadores composta por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

**(ii) Risco de mercado**

*Risco cambial*

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 3,01% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2019 (5,13% em 31 de dezembro de 2018), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração.

### *Análise de sensibilidade*

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2019, com a variação positiva de 4,02% em relação à última cotação de 31 de dezembro de 2018.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

<b>Moeda dólar (US\$ mil)</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ativos em moeda estrangeira (a)	9.035	11.251
Passivos em moeda estrangeira (b)	(650)	(4.860)
Superávit apurado (a-b)	<u>8.385</u>	<u>6.391</u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

1. Cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 4,0307 em 31 de dezembro de 2019;
2. Cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 3,0230; e
3. Cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é reduzida em 50%, passando a R\$ 2,0154.

### **Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 31 de dezembro de 2019**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
Resultado financeiro	US\$ 8.385mil Queda do US\$	Câmbio de 4,0307 -	Câmbio de 3,0230 (8.450)	Câmbio de 2,0154 (16.899)

**(iii) Risco de taxa de juros**

*Análise de sensibilidade*

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-CETIP sobre as aplicações financeiras e da TJLP e IPCA sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essas taxas.

	Consolidado		Consolidado	
	Valor Contábil 31/12/2019	Valor justo 31/12/2019	Valor Contábil 31/12/2018	Valor Justo 31/12/2018
Ativos em CDI	58.805	58.505	48.963	48.963
Passivos em TJLP	2.374	2.413	2.320	3.364
Passivos em IPCA	40.679	43.308	35.779	45.786

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos, a Companhia apresenta abaixo os cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) Cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, DI-CETIP de 4,40% a.a. e TJLP de 5,57% a.a. e IPCA de 4,31% a.a.;
- (ii) Cenário possível, considerando um aumento ou redução de 25% sobre as taxas;
- (iii) Cenário remoto, considerando um aumento ou redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2019:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível - 25%	Cenário Remoto - 50%
Empréstimos em TJLP	Alta da TJLP	TJLP a 5,57%	TJLP a 6,96%	TJLP a 8,36%
		R\$ 0	R\$ 33	R\$ 66
Empréstimos em IPCA	Alta do IPCA	IPCA a 4,31%	IPCA a 5,39%	IPCA a 6,47%
		R\$ 0	R\$ 439	R\$ 879
Aplicações em CDI	Queda do CDI	CDI a 4,40%	CDI a 3,30%	DI a 2,20%
		R\$ 0	R\$ (647)	R\$ (1.294)

**(iv) Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de liquidez de recursos, através de políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras com liquidez diária, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2019</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>
2020	4.090	9%
2021	8.095	18%
2022	8.022	18%
2023	7.116	16%
2024	6.998	15%
2025	6.879	15%
2026	4.521	10%
<b>Total</b>	<b>45.721</b>	<b>100%</b>

### *Composição dos saldos*

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir:

		Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
Descrição	Classificação	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	62.164	62.164	68.626	68.626
Aplicações financeiras	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.529	2.529	2.218	2.218
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	294	294	292	292
Fundo de investimento em ações	Ativos financeiros ao custo amortizado	448.377	448.377	467.384	467.384
Contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	11.748	11.748	11.424	11.424
Outras contas a receber					
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivos financeiros ao custo amortizado	43.053	45.721	44.724	43.708
Em moeda estrangeira	Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	15.282	15.147
Fornecedores	Passivos financeiros ao custo amortizado	40.993	40.993	58.004	58.004

**(v) Hierarquia do valor justo**

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras				
CDB/Fundo de investimento	-	2.529	-	2.218
Fundo de investimento em ações	294	-	292	-

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**(vi) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)**

*Aplicações financeiras*

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2019.

*Contas a receber*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

*Empréstimos e financiamentos*

O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2019 são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

*Fornecedores*

Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia e suas controladas, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial.



### *Limitações*

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

### **(vii) Gestão do capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Financiamentos, empréstimos e financiamentos	(43.053)	(60.006)
Caixa e equivalentes de caixa	62.164	68.626
Aplicações financeiras	2.823	2.510
<b>Dívida líquida</b>	<b>21.934</b>	<b>11.130</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.087.428</b>	<b>941.462</b>

## **30 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2019 são resumidos a seguir:

<b>Seguros corporativos em reais</b>		
<b>Objeto</b>	<b>Risco coberto</b>	<b>Valor de cobertura</b>
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas,	
Lucros cessantes	Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	195.000
D&O	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral de administradores	20.000
Veículos leves	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	23.800
Transporte internacional -	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	5.400
Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	6.046
	<b>Total dos seguros corporativos</b>	<b>312.246</b>

## **31 Subvenções e assistência governamental**

### **a. Incentivos Federais**

- **REDUÇÃO IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

### **b. Incentivos estaduais**

#### **(i) Ceará**

##### *Para calçados*

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

##### *Para confecções*

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

##### *Incentivos adicionais*

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

- **PCDM** - É um programa de incentivo às centrais empresariais de distribuição de mercadorias (PCDM), no qual consiste na redução de 75% do valor do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente sobre as operações de saídas interestaduais de mercadorias. Exclui-se do objeto desse instrumento, o ICMS retido de terceiros pela empresa, em função do regime de substituição tributária.

*Incentivos adicionais*

Tem como adicional ao PCDM o diferimento do ICMS incidente: Na importação de mercadorias do exterior para saídas subsequentes, importação do exterior e de outros Estados, de bens para integrar o ativo fixo.

**(ii) Bahia**

- **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o diferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

**Incentivos adicionais**

Tem como adicional ao PROBAHIA o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

**(iii) Sergipe**

- **REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO - CRÉDITO PRESUMIDO** - O Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação nº 2019/11445-0 datado e assinado em 28 de junho de 2019, através do Decreto nº 40.383/2019, estabelece o crédito presumido conforme o inciso XXIX do Art. 57 do Regulamento do ICMS/2002, aplicando, para tanto, o redutor de 99% nas saídas de calçados e partes a partir de 01 de junho de 2019 à 31 de dezembro de 2032.

*Incentivos adicionais*

Tem como adicional o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

**Demonstrativo das Subvenções Governamentais**

Controlada	Incentivo Estadual	%	Prazo de Vencimento
Vulcabras Azaleia CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Provin Calçados	99%	Ago/2031
Vulcabras Azaleia CE Calç. e Art. Esp. S.A.	Provin Confecções	75%	Jun/2022
Vulcabras Azaleia BA Calç. e Art. Esp. S.A.	Probahia	99%	Jul/2027
Vulcabras Azaleia SE Calç. e Art. Esp. Ltda.	Crédito Presumido	99%	Dez/2032
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	PCDM	75%	Dez/2022

**Demonstrativo das Subvenções Governamentais**

Controlada	Incentivo Federal	%	Prazo de Vencimento
Vulcabras Azaleia CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
Vulcabras Azaleia BA Calç. e Art. Esp. S.A.	Redução IRPJ	75%	Dez/2026
Vulcabras Azaleia SE Calç. e Art. Esp. Ltda.	Redução IRPJ	75%	Dez/2027

**c. Consolidado**

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

ICMS	Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	Participação %	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
				31/12/2019	31/12/2018
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	75.651	99,99%	75.643	65.459
	Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	614	0,23%	1	-
	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	46.853	100,00%	46.853	42.593
	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	6.640	100,00%	6.640	2.736
		<u>129.758</u>		<u>129.137</u>	<u>110.788</u>

Reintegra	Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	Participação %	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
				31/12/2019	31/12/2018
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	17	99,99%	17	309
	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	19	100,00%	19	271
	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	14	100,00%	14	173
		<u>50</u>		<u>50</u>	<u>753</u>

IRPJ	Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	Participação %	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
				31/12/2019	31/12/2018
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	1.536	99,99%	1.536	7.257
		<u>1.536</u>		<u>1.536</u>	<u>7.257</u>

## 32 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	1.008.208	946.123
Calçados femininos	195.596	192.329
Outros calçados e outros	68.835	68.952
Confecções	87.346	41.559
	<u>1.359.985</u>	<u>1.248.963</u>
Mercado interno	1.251.236	1.117.435
Mercado externo	<u>108.749</u>	<u>131.528</u>
	<u>1.359.985</u>	<u>1.248.963</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de:</b>		
Brasil	542.715	517.319
Outros países	18.211	9.195
<b>Total</b>	<b>560.926</b>	<b>526.514</b>

### 33 Eventos subsequentes

Em 7 de janeiro de 2020, a Companhia através das suas subsidiárias Vulcabras Azaleia – RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., celebraram um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com a Dok Participações Societárias Ltda, pelo qual pretendem alienar a totalidade das quotas representativas do capital social da subsidiária Vulcabras Azaleia – SE , Calçados e Artigos Esportivos Ltda. (“Vulcabras SE”).

Embora os valores da transação estão sujeitos a alterações até a data do fechamento da operação, a Companhia não registrou qualquer impairment relativo a transação uma vez que não há expectativa de perdas.

No contexto da operação, foram firmados outros documentos com o intuito de garantir o funcionamento da fábrica atualmente operada pela Vulcabras SE, incluindo um Contrato de Fabricação, pelo qual a Vulcabras SE continuará a fabricar produtos do portfólio Vulcabras por determinado período.

A consumação das operações previstas no Contrato está sujeita ao atendimento de determinadas condições típicas de operações similares, e dar-se-á até 31 de março de 2020.

Informações sobre os valores de ativos e passivos da subsidiária estão descritos na nota 13d.

\* \* \*

### Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle  
Presidente

André de Camargo Bartelle  
1º Vice-Presidente

Pedro Bartelle  
2º Vice-Presidente

Hector Nunez  
Conselheiro

Roberto Faldini  
Conselheiro Independente

### **Composição do Conselho Fiscal**

Marcello Joaquim Pacheco  
Presidente do Conselho

Benedito Alfredo Baddini Blanc  
Conselheiro

Carlos Gardel José de Souza  
Conselheiro

### **Composição da Diretoria**

Pedro Bartelle  
Presidente

Wagner Dantas da Silva  
Diretor Administrativo e de Finanças

Flávio de Carvalho Bento  
Diretor Industrial

Rafael Carqueijo Gouveia  
Diretor Superintendente

Rodrigo Miceli Piazer  
Diretor de Compras

Evandro Saluar Kollet  
Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia

Márcio Kremer Callage  
Diretor de Marketing

### **Diretor de Relações com Investidores**

Wagner Dantas da Silva

### **Responsável técnico**

Manoel Damião da Silveira Neto  
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP